

*Discurso na cerimônia de efetivação do  
Projeto Casulo e entrega dos resultados do  
primeiro censo agrário*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 18 DE SETEMBRO DE 1997**

*Senhor Ministro Raul Jungmann; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhores Senadores; Senhores Deputados; Senhores Prefeitos; Senhor Presidente do Incra, Milton Seligman; Senhores Reitores; Senhoras e Senhores,*

O Ministro Jungmann já expôs, da maneira mais entusiástica e precisa possível, os objetivos do Projeto Casulo, o que está sendo feito no Brasil, no que diz respeito à reforma agrária e, sobretudo, esse esforço extraordinário nesse primeiro censo da reforma agrária, que, se outro mérito não tivesse, além de ser o primeiro, teria o de mostrar que a universidade brasileira está comprometida com os problemas do Brasil, interessada na avaliação das possibilidades de transformação e pronta a cooperar nesse esforço de transformação do Brasil.

Há, portanto, muitas razões para nós, hoje, estarmos felizes com este encontro, nesta manhã, aqui. Todos os senhores são testemunhas – e aqui há pessoas que já foram ministros, o Senador Jader Barbalho aqui está, há pessoas que têm experiência direta no lidar com os problemas da reforma agrária, há pessoas que são prefeitos em áreas em que, mui-

tas vezes, ocorrem conflitos agrários – todos os senhores são testemunhas do esforço que está sendo feito no Brasil, para nós recolocarmos essa questão de maneira que ela possa ser solucionada.

Claro, um problema de concentração de propriedade, de pobreza no campo, de descaso do conjunto do País, muitas vezes, pelas questões agrárias, não pode ser solucionado do dia para a noite. Apraz-me ouvir, como ouvimos agora, que a agenda congressual foi esgotada. Quantas vezes, desde quando cheguei aqui, recebi líderes rurais, MST, Contag, apresentando as demandas, às vezes até, quem sabe, imaginando que fosse impossível operar transformações de tanta profundidade quanto aquelas que eram demandadas? Pois bem, o Congresso aprovou – aprovou na Câmara, aprovou no Senado – a lei de rito sumário. Já se conseguiu uma desapropriação em 12 dias, em Minas Gerais. Aprovou um novo Imposto Territorial, que começa, agora, a ser cobrado. Mudou a sistemática. Enfim, aprovou uma série de medidas que são fundamentais para que possamos, efetivamente, equacionar, de forma permanente, a questão do campo.

Mas agora se dá um outro passo, que é o da descentralização. Isso encontrou muita resistência, porque havia no Brasil um certo preconceito contra a descentralização, a municipalização, sobretudo nessa área. A perspectiva, mais do que a perspectiva, a sensibilidade progressista no Brasil desconfiava sempre de que, ao transferir para os municípios e estados a responsabilidade, ainda que parcial, da execução da reforma agrária, houvesse empecilho à reforma e não ajuda à reforma.

Eu discuti inúmeras vezes essa matéria. E a idéia, que era muito brasileira, era de que ou o Governo Federal faz, ou o Presidente se envolve pessoalmente, ou nada acontece. E, aí, falta sempre a vontade política do Presidente. É uma colocação equivocada. Não adianta só a vontade política, ainda que ela exista, como existe. Não adianta imaginar que o Inkra e o Ministério da Reforma Agrária, de Brasília, mesmo com a rede de que dispomos nos estados, sejamos capazes de realizar as transformações sozinhos. Hoje, em nenhum setor mais da Administração se pensa nesses termos. Não se pensa assim na Saúde. Não se pensa

assim na Educação. Por que se haveria de pensar assim na questão da reforma agrária, se é um atraso imaginar isso?

Então, o passo que se está dando, no sentido de uma integração mais ampla das várias esferas da Administração – federal, estadual e municipal – no comprometimento com a reforma agrária, é um passo importante. E mais importante ainda, porque ele vem embasado num comprometimento, que é da sociedade representada pela universidade. Ou seja, nós estamos assumindo a questão das transformações do campo, não como uma questão de um Governo apenas, menos ainda de um governante e muito menos de um partido, mas como uma questão nacional. É um compromisso do Brasil para o próximo século. Nós não podemos entrar no próximo século sem termos uma perspectiva concreta de que esse problema será resolvido.

É claro, foram séculos de descaso. Não se resolve em quatro anos. Mas se consegue reorientar em quatro anos, como estamos fazendo. E, certamente, num prazo prudencial – não sei, o Ministro falou em oito anos; eu diria, talvez, 10, 15 anos, não sei quanto tempo, mas ele, hoje, começa estar ao alcance da nossa mão – dá para enfrentar o problema, porque nós temos os instrumentos, temos os programas, temos a disposição. A sociedade tomou consciência da questão.

Os que quiserem partidarizá-la, ou transformar a reforma agrária numa luta violenta, vão perder tempo, porque, em pouco tempo, a sociedade verá que, por aí, não vai. Vão perder tempo! Mas a questão vai ser encaminhada e vai ser resolvida. E, quando digo que vão perder tempo, faço um apelo: juntem-se a nós todos, todos os brasileiros, para que essa questão, em nome, efetivamente, de combater a pobreza, de dar mais condições de dignidade ao homem do campo, possa ser, em poucos anos mais, uma questão do passado.

Esse novo Brasil está visível, sensível. Eu, dentro de poucos dias, vou lançar um programa, no sentido de que não teremos mais nenhuma criança fora da escola, entre os 7 e os 14 anos. Vamos fazer isso! E, como disse, no dia 7 de setembro, a respeito desse programa, não é um programa do Governo Federal. Escola é do município, é do estado. Mas o Governo Federal não pode ficar ausente desse programa. Tem que estar

incentivando, tem que estar, dentro do possível, financiando, tem que estar estimulando.

Então, se nós vamos colocar todas as crianças na escola, se nós estamos fazendo um outro programa que eu reputo fundamental, que é retirar as crianças do trabalho penoso – já retiramos mais de 30 mil crianças –, se nós estamos fazendo isso, dando bolsa, criando até escolas extras, para poder atender, na zona dos canaviais lá de Pernambuco, na zona do sisal da Bahia, nas zonas de carvoarias de Mato Grosso, se nós estamos fazendo isso, por que nós não vamos fazer também com a reforma agrária? Vamos fazer.

E não vamos fazer com preconceito. Ao mesmo tempo, nós estamos inovando nessa matéria. Estamos lançando o Programa da Cédula da Terra. Estamos criando mecanismos pelos quais, através do próprio mercado, a terra está caindo de preço, porque a terra não é mais reserva de valor, graças à estabilidade da economia, e vamos fazer o leilão. E, com o leilão, nós vamos poder comprar mais barato do que pela desapropriação com o título da reforma agrária. Não temos preconceito nessa matéria. Não é para substituir a desapropriação. Este governo não tem medo de desapropriar. Eu já assinei decretos que correspondem à desapropriação de 4 milhões de hectares de terra em dois anos e meio. Quatro milhões. É mais do que uma Bélgica 4 milhões de hectares de terra. Não tenho problema. Continuaremos a fazer as desapropriações.

Acabamos de fazer uma desapropriação inédita: desapropriamos, em Pernambuco, uma área – agora, no dia 23 será celebrada – em que havia exploração de narcotráfico, de maconha. Ali, onde houve aquele famoso caso que deu no assassinato de um procurador da República, o escândalo da mandioca. Pois bem, aquela terra vai ser confiscada. Aí, não é desapropriada, não. É confiscada. Assim também não tivemos limitações para tomar medidas nas terras em que existe o chamado trabalho escravo, como já o fizemos no Tocantins.

Não há problema. A sociedade brasileira, hoje, apóia medidas que sejam feitas com coerência, sem demagogia, dentro da lei, com todos os direitos de defesa assegurados a quem seja, mas que levem a uma transformação progressiva deste país, para que haja mais inclusão social,

para que haja menos gente fora das estruturas da sociedade, medidas que possam permitir uma vida mais decente.

Há, portanto, mil razões para eu terminar felicitando-os, agradecendo, mais uma vez, o esforço imenso que o Ministro Jungmann tem feito no Ministério da Reforma Agrária, que o Doutor Seligman, agora, à frente do Incra e que o conjunto de funcionários do Incra têm feito nesse sentido. Agradeço, outra vez, ao Congresso Nacional, às universidades e conclamo os prefeitos a agradecer-lhes.

Não vamos parar. Vamos trabalhar. Vamos trabalhar, cooperando. Não vamos olhar distinções outras que possam nos separar, senão aquela de saber quem tem boa vontade e quem não tem. Quem tiver boa vontade e consciência de cidadania, quem estiver disposto a ajudar o Brasil, esse terá a solidariedade do Presidente da República.

Muito obrigado aos senhores e às senhoras.

